

Mínimo pode ser votado hoje

Moreira Mariz



Governo e oposição têm um confronto marcado para hoje: a partir das 14h30, estará em votação a medida provisória que fixa em R\$ 260 o piso salarial

A medida provisória do salário mínimo será votada hoje de acordo com a praxe adotada nessas iniciativas legais, afirmou ontem o presidente do Senado, José Sarney. No mesmo sentido, o senador Eduardo Siqueira Campos, na presidência da sessão de ontem, garantiu que não haverá adiamento. O governo se esfor-

çou ontem para assegurar os votos necessários à aprovação da MP. O presidente do PT esteve no Senado tentando convencer senadores da base aliada, e o presidente Lula se reuniu à noite com líderes de partidos governistas. No Plenário, quatro senadores discursaram sobre o salário mínimo: três contra e um a favor.



Roosevelt Pinheiro

MOVIMENTO No Plenário, a oposição se articula para aumentar o valor do salário mínimo para R\$ 275, enquanto Genoio conversa com parlamentares da base aliada, como Serys

Página 3

Comissão debate escolha de dirigentes universitários

Relator do projeto de lei que extingue as listas tríplices do processo de escolha de dirigentes universitários, o senador José Maranhão informou ontem que pretende rever seu parecer a respeito da proposta, para incluir temas como o peso que têm na escolha dos reitores os votos de professores, alunos e servidores das universidades. O anúncio foi feito em audiência pública sobre o tema promovida pela comissão, com a participação de entidades do setor.

Página 4



Jane de Araújo

CONTAS DE LULA

Sarney (C) recebe do Tribunal de Contas da União parecer sobre as contas do primeiro ano do atual governo para exame pelo Congresso Nacional.

Página 2

Pagamento preferencial a idoso é aprovado na CCJ

Pessoas idosas terão preferência no recebimento de precatórios devidos pelo poder público, conforme proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria prevê tratamento diferenciado a idosos detentores desses direitos perante a Fazenda federal, estadual ou municipal, em razão de sentença judicial. Eles não se submeterão, como as demais pessoas físicas e jurídicas, à ordem cronológica da apresentação dos precatórios.

Página 7



COMPENSAÇÃO Ana Júlia defende mais impostos para empresa que explora minerais

Subcomissão vai decidir sobre aumento de alíquotas

A Subcomissão de Mineração, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), vai aprofundar os debates em torno do teor de dois projetos que tramitam em conjunto desde 2003 e que tratam do aumento das alíquotas da compensação financeira aos estados onde ocorre exploração de recursos minerais, com a finalidade de se assemelhar ao procedimento aplicável à exploração do petróleo. Os projetos são de autoria dos senadores Luiz Otávio (PMDB-PA) e Ana Júlia Carepa (PT-PA).

Os senadores Eduardo Azevedo (PSDB-MG) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) e a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) defenderam que a subcomissão opine a respeito do assunto, já que o voto em separado do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE), apresentado na reunião de ontem da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde os dois projetos tramitavam, alertava sobre possíveis impactos na sobrevivência da mineração no país. Os integrantes da CAS concordaram com as ponderações desses senadores.

Sarney recebe contas do governo

Senador considera positivo o saldo obtido pelo presidente Lula nos primeiros 12 meses de gestão

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Valmir Campelo, o parecer prévio sobre as contas do primeiro ano do atual governo para exame pelo Congresso Nacional. Embora não tenha comentado o relatório, Sarney considerou positivo o saldo obtido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– O presidente teve de enfrentar dificuldades, mas os resultados são muito bons, espe-



AUDIÊNCIA Valmir Campelo entrega parecer a Sarney, observados por Fernando Bezerra, Jefferson Péres e Guilherme Palmeira

cialmente os números macroeconômicos – afirmou.

A entrega do parecer está prevista constitucionalmente e o TCU funciona como órgão auxiliar do Poder Legislativo, a quem cabe aceitar ou rejeitar

total ou parcialmente as contas do Executivo. Campelo veio acompanhado pelo ministro Guilherme Palmeira, relator da matéria no tribunal. Os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Con-

gresso, e Jefferson Péres (AM), líder do PDT, também estiveram presentes à audiência.

Sarney recebe general

José Sarney recebeu ontem a visita do general Jorge Armando Félix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que veio acompanhando Mauro Marcelo de Lima Silva, cuja indicação para a Diretoria Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) será examinada pelo Senado.

A indicação já chegou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e está com o senador Hélio Costa (PMDB-MG) para ser relatada.

José Sarney também concedeu audiência ao embaixador do Paraguai, Valter Moreira.

Agenda

Novo mínimo pode ser votado hoje

Na sessão de hoje, marcada para as 14h30, o Plenário deve votar a medida provisória sobre o novo valor do salário mínimo, fixado em R\$ 260 pelo governo federal. Por ter prioridade na votação, a matéria tranca a pauta desde terça-feira. Se a MP for votada, os senadores podem realizar a segunda sessão de discussão, em segundo turno, da proposta que limita as despesas e a composição das câmaras de vereadores.

CRE analisa indicações para embaixadas

Três indicações para embaixadores do Brasil no exterior estão na pauta da Comissão de Relações Exteriores (CRE), que realiza reunião secreta hoje, às 10h. Foram sugeridos os nomes dos diplomatas Luiz Augusto de Castro Neves, Valter Peçly Moreira e Antonio José Rezende de Castro para as embaixadas da China, do Paraguai e do Quênia, respectivamente.



Textos para Discussão

Às 11h de hoje, a Biblioteca do Senado sedia a cerimônia de lançamento do livro *Textos para Discussão*, coletânea organizada por consultores do Senado. O evento será presidido pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

CMO examina requerimentos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 10h, para votar requerimentos apresentados por parlamentares e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Câmara aprova emendas do Senado para isenção da CPMF

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, com alterações, a medida provisória que isenta da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) as transferências de dinheiro entre contas correntes de investimentos.

Apesar das mudanças, a proposta aprovada mantém os principais itens do texto enviado pelo Executivo, que deverá sancionar o texto até a próxima semana.

As alterações aprovadas foram feitas no Senado Federal, a partir de relatório do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), e dizem respeito, basicamente, aos poderes do Ministério da Fazenda de conceder outras isenções.

O texto retirou os limites estabelecidos na MP original para essas isenções. Dessa forma, ficaram mantidas as atuais prerrogativas da Fazenda em relação ao assunto.

Uma outra mudança abriu a possibilidade de que as contribuições para os planos de previdência complementar sejam pagas em modalidades diferentes do débito em conta ou do cheque, desde que observadas as normas do Banco Central para esse tipo de transação.

O relator da MP na Câmara foi o deputado Roberto Magalhães (PFL-BA).

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellano
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SALÁRIO MÍNIMO

“Não teremos adiamento”, afirmou Eduardo Siqueira Campos, na presidência da sessão, ao confirmar para hoje a votação da medida provisória do mínimo. Antes, Sarney já tinha feito previsão no mesmo sentido

Governo e oposição podem se confrontar hoje

A partir das 14h30 de hoje, o governo põe à prova a sua capacidade de convencimento, durante a votação da Medida Provisória 182/04, que fixa em R\$ 260 o valor do salário mínimo. A MP já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, mas precisa de maioria simples no Senado para ser transformada em lei. Se isso não ocorrer, como esperam os opositores, o texto voltará à Câmara.

A MP está pronta para vota-

ção desde terça-feira, mas a falta de acordo adiou a deliberação por dois dias, provocando o trancamento da pauta e impedindo a votação de mais de 20 outras proposições. Ontem, na presidência da sessão, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) garantiu que não haverá mais adiamentos.

– Não teremos adiamento, não teremos prorrogação – frisou, confirmando a decisão do presidente do Senado, José Sar-

ney, de colocar a matéria em votação, “respeitando rigorosamente o Regimento Interno”.

Ontem à tarde, o presidente nacional do PT, José Genoíno, esteve no Senado, tentando convencer integrantes da base aliada a votarem a favor dos R\$ 260. À noite, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria uma reunião com líderes de partidos governistas.

No PT, o principal opositor ao valor proposto pelo governo

continua sendo o senador Paulo Paim (PT-RS), que reafirmou a disposição de votar por um valor maior e, pela primeira vez, admitiu deixar o partido.

Surpresa

Também integrante da base aliada, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse manter a expectativa de que o governo sinalize com um salário mínimo mais significativo. Ele expressou o desejo de que “aconteça uma surpresa e que,

atendendo ao anseio da população, o presidente da República edite na última hora nova medida provisória fixando o mínimo em R\$ 275”.

A oposição confia na derrubada da MP. O líder do PFL, José Agripino (RN), afirmou que não há chance de o governo conseguir manter o valor de R\$ 260.

– É melhor votar logo do que deixar para a semana que vem. Quem é a favor que vote sim – declarou.

Votação deve seguir a praxe, afirma Sarney

A medida provisória que fixa o salário mínimo em R\$ 260 será votada hoje de acordo com a praxe adotada nessas iniciativas legais, afirmou o presidente do Senado, José Sarney.

Ele explicou que as MPs, quando chegam ao Plenário, são submetidas à ordem do dia por duas sessões, para possibilitar o acerto de posições dos líderes em torno da matéria. Quando esse entendimento não ocorre, na terceira sessão seguinte a MP é colocada em votação, com qualquer número de senadores em Plenário.

– É exatamente isso que vai acontecer amanhã (*hoje*) – afirmou Sarney, dizendo não ter nenhuma previsão sobre qual será o resultado dessa votação. Como presidente da Casa e senador, disse que tem um ponto de vista, mas não interferirá.

Do Senado, o presidente seguiu para assistir à missa alusiva aos cinco meses de falecimento de sua mãe, dona Kyola Ferreira de Araújo Costa, que morreu no início deste ano.



PAULO PAIM

“É arrogância pensar que votarei contra princípios”

“Neste momento, em que pela primeira vez não acompanho a orientação do Partido dos Trabalhadores em questão tão sagrada para mim, como o salário mínimo, fico com a frase do compositor que diz ‘a orquestra nos chama, vamos recomeçar.’” Foi com essas palavras que o senador Paulo Paim (PT-RS) reafirmou seu voto contra o salário mínimo de R\$ 260 e cogitou a possibilidade de deixar o PT.

O senador comentou que é ingenuidade ou arrogância imaginar ser possível que ele, por incoerência, vote contra seus princípios. Paim registrou que ficar ao lado dos excluídos sociais, dos discriminados, dos despossuídos de uma forma geral, e dedicar-se integralmente ao mundo do trabalho, foi um pacto que fez com sua própria consciência.

Paim lembrou que a luta pela defesa de um salário mínimo digno foi uma das marcas de sua passagem pela Câmara dos Deputados e que esta bandeira também o acompanha no Senado. Ele declarou que a única forma de submissão que admite, como cidadão e homem público, é a de manter intacto e inegociável o compromisso de lutar pela superação da miséria, pela eliminação de todas as formas de discriminação e pela predominância da Justiça.

Solidarizaram-se com Paim os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Magno Malta (PL-ES), Cristovam Buarque (PT-DF), Efraim Morais (PFL-PB), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e Heloísa Helena (sem partido-AL).



HELOÍSA HELENA

“Ninguém vai ter desculpa para justificar ausência”

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) pediu a presença dos parlamentares no Plenário para votar a medida provisória do mínimo e alertou que ninguém vai ter desculpa para justificar a ausência.

Citando o profeta Elias, ela afirmou que a omissão é o maior pecado de todos, e manifestou a confiança de que a maioria dos senadores exercerá o legítimo direito de votar e o Senado dará uma demonstração de apoio aos trabalhadores, apoiando um salário mínimo maior do que o fixado pelo governo.

Heloísa voltou a criticar os argumentos do governo – quebra da Previdência e das prefeituras, e necessidade de investir em políticas sociais – para justificar o reajuste do mínimo de R\$ 240 para R\$ 260. Para ela, são “desculpas esfarrapadas”. Segundo Heloísa, na tentativa de mudar o voto dos parlamentares, estaria havendo promiscuidade na relação do Palácio do Planalto com o Congresso, como os jornais têm divulgado. Ela disse estranhar que ninguém desmintisse esse tipo de informação e afirmou ter ficado impressionada com o nível das negociações, a seu ver iguais às do governo Fernando Henrique Cardoso.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) citou a *Divina Comédia* de Dante, em que, segundo ele, fica claro que nem o inferno queria receber os omissos. O senador Efraim Morais (PFL-PB) também pediu a presença de todos os senadores que pretendem votar contra a MP.



MAGNO MALTA

“Não me peçam indignidade. Vou ao Plenário para votar”

O senador Magno Malta (PL-ES) garantiu ontem que estará presente à votação da medida provisória (MP) que reajustou o valor do salário mínimo para R\$ 260. Ele revelou que o único recado que recebeu foi uma sugestão de se ausentar da votação.

– Não me peçam indignidade. Eu estarei no Plenário. Tenho posição definida sobre o salário mínimo. Quando exerci o mandato de deputado federal, fui treinado pelo PT a querer sempre um salário mínimo maior e votei sempre com a bancada petista – afirmou.

Malta assinalou que o Senado vive um momento de tensão, mas que a sociedade brasileira quer saber quem é quem no processo do salário mínimo. Para ele, esse episódio pode ensinar ao governo que uma MP dessa magnitude precisa ser discutida com os líderes dos partidos. “Eu nunca fui ouvido e outros líderes também não. Não nos disseram de onde tiraram a lógica que diz que o salário mínimo tem que ser de R\$ 260 e não de R\$ 275 ou R\$ 300. Apenas nos disseram: vocês são a base e têm que votar com o governo.”

– Senador que ganha R\$ 8 mil não faz conta de R\$ 15, mas quem ganha salário mínimo faz. A sociedade não consegue entender como, neste momento de crise, o governo faz festa junina, compra motos Harley-Davidson e libera milhões para a Ágora. Existe uma expectativa de milhões de brasileiros de como vamos votar o salário mínimo. É um misto de esperança e de ódio – observou.



EDUARDO SUPLICY

Salário-família e bolsa-escola completam renda

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a medida provisória que fixa o salário mínimo em R\$ 260, argumentando que uma família que tenha marido, mulher e dois filhos terá, na verdade, uma renda *per capita* superior a R\$ 75, já que receberá mais R\$ 40 de salário-família e uma complementação de bolsa-escola.

Suplicy perguntou ao senador Mão Santa (PMDB-PI) se ele mantinha o argumento de que o salário mínimo, com todos os benefícios sociais garantidos pelo governo, seria insuficiente.

Mão Santa respondeu que, como médico, via a etiologia, ou as causas, e não apenas os efeitos.

– Só merece ganhar o pão o que sua o rosto com o trabalho, dizia um apóstolo de Cristo. Por isso, só o salário ganho em contrapartida ao trabalho pode ser levado em conta – disse o senador piauiense.

Em outro aparte, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que o governo, na verdade, deveria estimular o planejamento familiar, e não incentivar o aumento do número de filhos, como faz com o salário-família e o bolsa-escola.

De acordo com Eduardo Suplicy, a meta do governo Luiz Inácio Lula da Silva é estender, em 2006, a bolsa para 11 milhões e 400 mil famílias, o que corresponde, segundo observou, a cerca de 50 milhões de brasileiros.

O senador afirmou que o próximo estágio será a Renda Básica de Cidadania, instituída em lei já aprovada pelo Congresso.



ISENÇÃO Sarney explica que, como senador, tem posição a respeito da MP, mas não interfere

Maranhão revê parecer sobre escolha de reitor

■ Anúncio foi feito na Comissão de Educação em audiência com representantes de professores

Relator do projeto de lei da Câmara (PLC 95/03) que extingue as listas tríplices do processo de escolha de dirigentes universitários, o senador José Maranhão (PMDB-PB) informou ontem à Comissão de Educação (CE) que pretende rever seu parecer sobre a proposta. A intenção, afirmou, é incluir temas como o peso que têm na escolha dos reitores os votos de professores, alunos e servidores das universidades.

O anúncio foi feito durante audiência pública com o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Luiz Carlos Gonçalves Lucas, e o secretário de Projetos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Denílson Bento da Costa.

– Talvez seja oportuno rever o relatório e torná-lo mais amplo, com emenda substitutiva que venha a acolher novas idéias apresentadas durante essa audiência – disse Maranhão. Ele lamentou a ausência no debate de dois outros convidados – o presidente da União Nacional dos Estudan-



DISCUSSÃO CE se reuniu para debater projeto de lei relatado por Maranhão (no destaque)

tes (UNE), Gustavo Lemos Petta, e a presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Elmara Lúcia de Oliveira Bonini.

Gonçalves Lucas considerou avanço o fim das listas tríplices. A seu ver, o processo de escolha dos reitores deve se esgotar no interior das universidades, sem necessidade de o Poder Executivo apontar um entre os três indicados na lista.

O presidente da Andes defendeu a adoção do mesmo peso para os votos de professores, estudantes e funcionários. A mesma posição foi defendida pelo secretário da CNTE, que é favorável à extinção da lista tríplice. “A lista ainda é um obstáculo à participação democrática”, observou.

A senadora Fátima Cleide



(PT-RO) salientou que concordava com os dois convidados em relação à ampliação da gestão democrática das universidades. Já o senador João Capiberibe (PSB-AP) sugeriu que fosse aprovado, de imediato, o fim da lista tríplice.

Hélio Costa (PMDB-MG), que presidiu a reunião, propôs que os candidatos a reitores sejam submetidos a sabinas da Comissão de Educação, antes de suas nomeações pelo presidente da República.

CPI ouve relatos de exploração no Acre

Para os participantes da audiência realizada ontem pela comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga a exploração sexual de menores, o tráfico de crianças e adolescentes no Acre é mais grave do que no restante do país. Meninas estariam sendo levadas por aliciadores para cidades de fronteira, onde são exploradas sexualmente. Foram ouvidos pela CPI a juíza de Direito da Infância e da Juventude no Acre, Maria Tapajós Santana Areal; o promotor de Justiça da Infância e Juventude no Acre, Francisco Maia Guedes; o delegado titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher no Acre, Josemar Moreira Portes; e o jornalista Petter Lucena, do jornal *A Tribuna*.

A presidente da CPI, senado-



DENÚNCIAS A juíza Maria Tapajós, ao lado de Patrícia, falou sobre abuso sexual de crianças

ra Patrícia Saboya (PPS-CE), recebeu documentos sobre 21 casos de tráfico de mulheres e prostituição no Acre. Ela ressaltou a dificuldade de punição dos culpados devido às relações de parentesco entre envolvidos e autoridades.

Foi relatado o caso de um ônibus usado para prostituição de meninas. O veículo funcionava como motel, vendendo menores entre as cidades de Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO).

Para o promotor Maia Guedes, “do caso mais simples até a rede de exploração, o Acre é emblemático”.

O delegado Josemar Portes defendeu a criação de delegacia especializada para assistência às crianças e aos adolescentes vítimas de abuso. Segundo ele, hoje as vítimas são encaminhadas para a delegacia de atendimento à mulher.

Mércio Gomes defende exploração em reservas

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Gomes, disse ontem, durante audiência na Comissão das Questões Fundiárias, ser favorável à criação de empresa para exploração mineral que atue também em terras indígenas, conforme discussão no âmbito do governo. Ele adiantou que a empresa seria uma espécie de “mineralbrás” e teria de contar com orientação indigenista, para proteger os direitos dos índios e o meio ambiente.

Para o relator da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), a criação desse tipo de empresa preocupa, porque não se sabe como administrará o problema da exploração dos recursos minerais. Delcídio informou que a comissão está elaborando uma série de propos-

tas para discutir com o Executivo.

Na opinião de Augusto Botelho (PDT-RR), os índios devem ter autonomia para decidir sobre suas vidas, inclusive no que se refere à exploração dos recursos econômicos das reservas. Paulo Elifas (PMDB-RO) lamentou que não exista uma ação voltada à legalização da exploração dos minérios em terras indígenas. Já Valdir Raupp (PMDB-RR) afirmou ser contra essa exploração, em virtude dos problemas ambientais que podem causar.

Mércio Gomes informou que o processo de demarcação de reservas está bastante avançado. Hoje, os integrantes da comissão, juntamente com dirigentes da Funai, visitarão reservas em Rondônia, inclusive a dos cintas-largas.



MINÉRIO Presidente da Funai, Mércio Gomes (D), observado por Mozarildo e Delcídio, diz que empresa teria orientação indigenista

Jurista Costa Porto relata em livro fraudes eleitorais

Com discursos do senador Heráclito Fortes (PFL-PI) e do deputado Delfim Neto (PP-SP), foi lançado ontem, na Biblioteca Luiz Viana Filho, o livro *A Mentirosa Urna*, do professor Walter Costa Porto, que faz abordagem das deformações que marcaram os pleitos eleitorais ao longo da história do Brasil.

Tanto Delfim Neto quanto Heráclito Fortes enalteceram os talentos jurídicos e de professor de Direito Constitucional do autor, ressaltando sua valiosa atuação literária. Lembrando o dedicado trabalho que Costa Porto realizava no Ministério da Justiça, à época do então ministro Petrônio Portela, Heráclito disse que o autor foi “um tecelão invisível no processo de redemocratização do Brasil”.

Delfim Neto afirmou que o livro *Mentirosa Urna* revela os artifícios que freqüentemente

produziram fraudes nas mesas eleitorais, na elaboração das atas e na compreensão oficial dos resultados de eleições, tantas vezes denunciadas pelos partidos políticos.

Na obra, Costa Porto denuncia a existência de uma “desobediência incivil”, quando os interesses individuais eram atingidos por essas fraudes eleitorais. Ele observa que os textos legais esqueciam a lição de d. Pedro II, para quem a virtude dos ordenamentos se assementaria melhor em sua boa execução do que em medidas preventivas do legislador.

A pesquisa contempla as deformações eleitorais desde a escolha dos primeiros vereadores brasileiros, nos conselhos das câmaras. Seu estudo baseia-se em documentação estudada a partir do início da primeira metade do século 16, até o caso Proconsult.



SUFOCO Pavan afirma que 20% do salário do trabalhador em 2003 ficou na mão do governo

Pavan quer diminuição da carga tributária de assalariado

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) alertou sobre a necessidade de alguma medida ser tomada no sentido de aliviar a carga tributária brasileira. Ele registrou que os trabalhadores e as empresas não são os únicos prejudicados: a economia do país, como um todo, está sufocada. Para piorar, completou, o cidadão nem sequer tem uma contrapartida proporcional por todos esses tributos.

– A estagnação faz o governo compensar a perda de arrecadação, gerada pelo baixo aquecimento da economia, sobretaxando ainda mais os únicos coitados que não têm como escapar dos impostos: o assalariado e a empresa. Isso cria um ciclo extremamente vicioso e danoso. Esse governo precisa interromper essa ciranda macabra o mais rápido possível – afirmou Pavan.

Segundo o senador, cerca de 20% do salário que o trabalhador brasileiro recebeu em 2003 foi para o cofre do governo na forma de pagamento do Imposto de Renda e da contribuição previdenciária. Ele informou que, no ano passado, o governo arrecadou R\$ 31,5 bilhões apenas com o Imposto de Renda sobre os salários. Esse total representou um aumento nominal de 17,1% em relação a 2002.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que os sucessivos recordes na arrecadação retiram do governo o direito de manter as estradas esburacadas, as universidades sucateadas e a saúde deplorável. Por sua vez, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lamentou que a reforma tributária que está tramitando no Congresso não preveja a diminuição da carga de impostos ou sequer a desburocratização da legislação.

ACM alerta para os baixos salários das Forças Armadas

■ Senador pede ao ministro da Defesa que leve ao presidente relato sobre insatisfação do setor

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) alertou ontem o governo para a defasagem salarial dos vencimentos pagos pelas Forças Armadas. Referindo-se ao discurso governamental que indica melhoria na situação econômica do país, o senador recomendou que o Executivo tome providências para mudar essa situação e pediu que seu discurso fosse enviado ao ministro da Defesa, José Viegas, ou ao chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Antonio Carlos afirmou que essa defasagem salarial deve ser corrigida até para que, na hipótese de insubordinações populares, as Forças Armadas estejam prontas para defender as instituições. Ele observou que a tradição das Forças Armadas brasileiras é estar sempre com a vontade do povo. “Foi assim em 64, foi assim na campanha das Diretas, e é as-



PROMESSA Antonio Carlos diz que voltará à tribuna para dar mais detalhes sobre o assunto

sim nos dias de hoje”, acrescentou o parlamentar.

O senador pediu que o ministro da Defesa leve ao presidente da República um relato sobre a insatisfação das Forças Armadas e disse que voltará a Plenário com mais detalhes sobre essa situação, para que o governo tome providências e para evitar que a insatisfação mine uma instituição que defende o país com coragem e bravura.

De acordo com Antonio Carlos, recentemente o Exército agiu em alguns estados, durante greves da Polícia Militar. Dizendo serem inacreditáveis os

salários dos oficiais e dos subalternos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, ele observou que todos ganham menos que os oficiais e soldados do Distrito Federal, que também são pagos com recursos da União. Apesar do descontentamento dos militares, o parlamentar disse que ninguém deve esperar por insubordinação.

– O Exército, inclusive seus comandantes, é extremamente fiel à lei e não admite trair o senhor presidente da República e muito menos as instituições do país. Entretanto, existem dificuldades para se ter uma tropa unida quando ela é totalmente desmotivada, não só pelos salários baixos, mas pela falta de investimentos. Ninguém pode acreditar que vai ter militar trabalhando com seriedade e com coragem ganhando esses salários – assinalou.

Ao aconselhar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a tomar conhecimento desse assunto, o senador afirmou que, se o ministro da Defesa “não o informa corretamente, é porque não está em contato com a tropa e até mesmo com seus comandantes”.

Demostenes cobra do presidente promessa de alfabetizar 20 milhões

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) cobrou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o cumprimento de sua promessa de alfabetizar 20 milhões de brasileiros até o final de seu governo. Até o momento, o programa Brasil Alfabetizado recebeu investimentos de apenas 7,13% da dotação de R\$ 216 milhões para 2004, informou o senador, afirmando que houve um único empenho de R\$ 2 milhões, de acordo com os números do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

– Eu gostaria de convidar todos os brasileiros a entenderem o abismo que existe entre os devaneios vespertinos do presidente Lula e as reais intenções de sua administração. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad), 12,4% da população brasileira acima de 15 anos é analfabeta, ou seja, 21 milhões de pessoas. Os dados do Siafi respondem: em 2004, o gover-



MERCADO Demostenes: impacto da alfabetização pode aumentar salários em 41%

no gastou R\$ 10,20 para resgatar a cidadania de cada um dos integrantes dessa massa analfabeta e marginalizada – criticou o senador.

Segundo Demostenes, se o governo não consegue administrar um aumento maior do que R\$ 20 no salário mínimo e se transformou no maior gerador do desemprego do país, talvez pudesse obter algum resultado atacando o analfabetismo.

O senado citou estimativas do Instituto de Pesquisa Econô-

mica Aplicada (Ipea) sobre o impacto da alfabetização nos rendimentos do mercado de trabalho, indicando uma elevação dos salários em 41%. A erradicação do analfabetismo no Brasil, devido a seu impacto sobre a remuneração dos analfabetos ocupados, representaria um aumento na renda nacional da ordem de R\$ 5,6 bilhões ao ano, ressaltou.

Demostenes afirmou ainda ser lamentável que a letargia, o imobilismo, a ocupação simulada e a intriga sejam as marcas mais salientes do governo do PT. Segundo ele, a inação do programa Brasil Alfabetizado não é exceção, mas um traço comum ao comportamento geral do governo petista.

– É lamentável que, em vez de ação, o governo pratique a reunião, a doença infantil do esquerdismo que contamina verticalmente a desastrosa aventura do Partido dos Trabalhadores no ramo da administração do Brasil – concluiu.



PESQUISA Segundo Ideli, setores de máquinas e equipamentos também crescem

Para Ideli, crédito motiva crescimento industrial

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), comemorou o crescimento da indústria brasileira registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em abril.

Segundo os dados apresentados pela senadora, a indústria cresceu em 11 das 14 regiões pesquisadas, estimulada pelo consumo nos setores de veículos automotores e eletrodomésticos.

Ideli ressaltou que, em primeiro lugar, ficou o estado do Amazonas, com um crescimento industrial de 13,8% em comparação com o mesmo mês do ano passado; o estado de São Paulo cresceu 10,7%; e o estado de Santa Catarina, em terceiro lugar, registrou crescimento industrial de 10,3%. O crescimento médio da indústria brasileira foi de 6,7%.

– De acordo com o IBGE, outros setores também estão crescendo, como o de máquinas e equipamentos, graças às facilidades do crédito. O comércio varejista apresentou um crescimento acumulado nos últimos 12 meses de 9,89%. Isso é um sinal de que podemos experimentar um clima mais otimista – observou.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sugeriu que, diante do otimismo da senadora, este seria o momento de o governo aumentar o salário mínimo para R\$ 275 e cuidar melhor das estradas.

RadioAgência

O material jornalístico está disponível para ser utilizado por todas as emissoras do país

www.senado.gov.br/radio

Antero reage a reunião feita à sua revelia e convoca CPI para amanhã

Presidente da CPI do Banestado diz que requerimentos para reuniões devem ser apresentados a ele

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), convocou reunião para amanhã, às 11h, destinada a votação de requerimentos. A decisão de Antero se deu após a realização, ontem, à revelia da presidência, de reunião informal da comissão. A CPI vem apurando a evasão de divisas por meio das contas CC-5.

Antero informou que só foi avisado da reunião de ontem via e-mail, e considerou que, no mínimo, deveria ter sido comunicado antes, por telefone. Segundo o relator da comissão, deputado José Mentor (PT-SP), nove senadores e 11 deputados assinaram pedido requerendo a reunião. Antero disse que esse pedido deveria ter sido apresentado ao presidente da CPI.

Coerência

O senador explicou que, nas últimas duas semanas, deixou



ENCONTRO Comissão realizou ontem sessão secreta em caráter informal

de convocar reuniões da comissão de inquérito por achar que não haveria quórum, em virtude da mobilização para exame da medida provisória do salário mínimo. Rebatendo acusação de que teria obstruído trabalhos da comissão, argumentou que “não são dez ou 15 dias que vão configurar obstrução dos trabalhos”.

– É preciso ser coerente com o que se fala. Se acham que estamos atrapalhando a CPI, as pessoas têm o dever de estar aqui na sexta-feira para garantir quórum – afirmou ele.

Horário

Antero relatou ainda ter indeferido pedido de reunião porque o horário escolhido ia contra determinação da Mesa do Senado, que impede reuniões de CPIs quando há votações no Plenário ou nas comissões permanentes. O senador enfatizou que a comissão parlamentar de inquérito não “pode se sujeitar às ordens do José Dirceu” (ministro-chefe da Casa Civil) e que as votações da CPI responderão às determinações dos regimentos do Senado e da Câmara. Ele lamentou que “o PT

esteja politizando a CPI, quando deveria investigar”.

Investigação

O relator, deputado José Mentor, informou que foi realizada ontem uma reunião secreta e informal com o objetivo de discutir assuntos internos, pendências e cronograma de trabalho da comissão. Ele disse que havia proposto a reunião há um mês e meio, enfatizando que seu objetivo é aprofundar as investigações sem levar em conta interesses partidários, daí ter sugerido a prorrogação dos trabalhos da CPI. A comissão, que encerraria suas atividades neste mês, continuará a funcionar até março de 2005.

Mentor afirmou ainda que não dará guarida a manobras que objetivem retardar os trabalhos da comissão. Sobre a suposta influência do ministro José Dirceu sobre os trabalhos da CPI, apontada por Antero, respondeu que “o senador não pode julgar os outros por si. Não sei se é o Serra (José Serra) que o orienta”.



EXEMPLO Simon destaca que em muitos países devolução é feita quando se entrega a declaração

Simon quer prazo de 60 dias para restituição de imposto

A restituição do Imposto de Renda pago antecipadamente em valor superior ao devido poderá ser feita no prazo de 60 dias após a entrega da declaração à Receita Federal. A medida está prevista no projeto de lei (PLS 131/04) de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa, à espera da indicação de um relator.

Caso a restituição seja efetuada após o fim do prazo de dois meses, estabelece o projeto, incidirão sobre o montante a ser pago juros de mora de 1% ao mês ou fração. Além disso, o imposto a ser restituído será acrescido de juros calculados com base no mesmo índice utilizado para atualização dos créditos da União, a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao ano-base.

Na justificativa da proposta, Simon considera “suportável para o contribuinte e administrável para o governo” o prazo de 60 dias para o pagamento da restituição. O parlamentar observa que, em países desenvolvidos, a devolução ocorre no momento da declaração, deixando-se a verificação e a auditoria fiscal “para o momento oportuno”.

Empréstimo

Pedro Simon argumenta ainda que muitos contribuintes acabam recorrendo a instituições financeiras para obter o adiantamento do valor da restituição. Quando a Receita Federal atrasa a restituição, recorda, esses contribuintes ficam em dificuldades financeiras para cumprir os compromissos assumidos com os bancos e são obrigados a pagar juros de mercado, enquanto os seus créditos são corrigidos por índices menores, destaca o senador.

“Por que o ministro José Dirceu não deixa a CPI investigar Maluf?”, questiona senador

O senador Antero Paes de Barros comunicou ao Plenário que cancelou uma reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado, da qual é presidente, convocada pelo relator e outros parlamentares da base governista, porque ela foi “engendrada na madrugada”, sem que ele fosse informado. Ele criticou o relator da CPI, deputado José Mentor, “que engaveta quase todos os requerimentos destinados a investigar Paulo Maluf e o Banco de Boston”.

O presidente da comissão afirmou ainda que o relator só faz “o que quer o ministro José Dirceu”, e que o PT vem tentando orientar politicamente os trabalhos da CPI.

– Por que o ministro José Dirceu não deixa a CPI investigar o senhor Paulo Maluf? Por que o relator do PT não aceita investigar o Banco de Boston? Os bancos vêm sendo os grandes



ORIENTAÇÃO Relator só faz “o que quer o ministro José Dirceu”, afirma Antero Paes de Barros

poupados pelo relator indicado pelo ministro José Dirceu – sustentou da tribuna Antero Paes de Barros.

Conforme o senador, o PT só investiga na CPI quem interessa ao PT. “Isso é autoritarismo deste governo. Se o ministro

José Dirceu não concorda com a minha presidência na CPI, que arrume votos para me tirar de lá. O ministro não tem a exclusividade da investigação na CPI do Banestado”, continuou.

Antero informou também que, ao tomar conhecimento do requerimento de convocação da CPI para a manhã de ontem, sem sua autorização, cancelou o encontro e mandou, inclusive, que a assessoria desligasse o som da sala de reunião. Imediatamente ele solicitou um parecer da Consultoria do Senado, que sustenta em documento que só pode haver reunião se o presidente de uma comissão de inquérito concordar e fizer a convocação. No máximo, os integrantes da comissão podem assinar requerimento, dirigido a ele, solicitando a reunião. O senador de Mato Grosso ressaltou ter convocado reunião da CPI para amanhã.

Alvaro pede garantia para a comissão

Após o pronunciamento do senador Antero Paes de Barros, Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou, em Plenário, questão de ordem com o objetivo de pedir garantias ao bom funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado, que investiga evasão de divisas.

De acordo com Alvaro, a reunião da CPI realizada ontem feriu o Regimento do Congresso Nacional. Logo em seguida, o senador Sibá Machado (PT-AC) também se pronunciou sobre o assunto, para defender o governo e, mais especificamente, o ministro da Casa Civil, José Dirceu. Segundo Antero, Dirceu estaria por trás da convocação da reunião.

– O governo e o ministro não têm nada a ver com as intempéries do senador Antero Paes de Barros – assinalou Sibá Machado.

CCJ prioriza idoso no pagamento de precatório

■ A proposta, aprovada ontem pela Comissão de Justiça, será ainda analisada em dois turnos pelo Plenário

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) dá preferência às pessoas idosas no recebimento de precatórios devidos pelo poder público. A matéria prevê tratamento diferenciado a idosos que tenham

Profissão de turismólogo pode ser regulamentada

Foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que regulamenta a profissão de turismólogo (PLC 24/03). De acordo com a proposta, serão abrangidos pela nova profissão os que têm diploma de nível superior em Turismo, expedido por escolas reconhecidas, e os diplomados no estrangeiro em curso superior equivalente reconhecido no Brasil. O projeto será agora examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O relator da matéria, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), acatou emenda do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) ampliando de 12 meses para quatro anos o tempo de exercício profissional ininterrupto como turismólogo para permissão do exercício da profissão sem a necessidade do diploma de curso superior.

Palocci será questionado sobre sonegação da CPMF

Dois requerimentos do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) solicitando informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre denúncias de sonegação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) por parte de instituições bancárias foram acolhidos ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As matérias terão que ser votadas ainda pelo Plenário.

Antero quer saber se o Banco do Brasil permite a clientes classificados como especiais pagarem contas com cheques de terceiros. Ele alega que a prática leva à sonegação da CPMF.

Em outro requerimento, o senador indaga a Palocci quais os bancos autuados por suspeita de sonegação da CPMF em operações com cheques administrativos.

direito a pagamentos devidos pela Fazenda federal, estadual ou municipal, em razão de sentença judicial, estabelecendo que não se submeterão, como as demais pessoas físicas e jurídicas, à ordem cronológica da apresentação dos precatórios. O texto aprovado é resultado de substitutivo do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e será ainda analisado em dois turnos pelo Plenário.

De acordo com a proposta (PEC 1/03), as obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado serão pagas, em primeiro lugar, aos credores idosos.

– Esses esperam a quitação do débito até o fim de suas vidas, mas ela demora tanto a sair que quem aproveita são somente os herdeiros. A injustiça demanda uma ação incontestada do Estado – afirma Maguito.

O substitutivo prevê que lei

específica vai definir o limite do que deve ser considerado “de pequeno valor”. A alteração, conforme o senador, levou em consideração a realidade das finanças dos entes da Federação e o envelhecimento da população brasileira.

– Os limitados recursos dos entes públicos, associados ao aumento progressivo da população de idosos, podem levar a que a quantidade de processos torne-se cada vez maior. Respeitamos a precedência dos idosos, sem comprometer a ca-

pacidade administrativa dos municípios, estados e União – justificou o relator, com o apoio do senador Demostenes Torres (PFL-GO).

O texto original previa o pagamento em espécie e referia-se a obrigações de qualquer valor. Mercadante mudou essa parte do texto, que, disse, poderia “onerar a execução do orçamento do ente público em dado exercício, em prejuízo de serviços públicos essenciais a todos, inclusive à população de maior idade”.

Majoria de abstenções significa rejeição da matéria

Instruídos por relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM), os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adotaram ontem a interpretação de que votações que exigem aprovação por maioria simples e não obtiverem maioria absoluta de votos favoráveis dos presentes implicam a rejeição da matéria.

A decisão altera resultado de votação da CCJ acerca do projeto de lei da Câmara que estabelece normas para o uso médico de próteses de silicone (PLC 26/99). Em abril de 2002, a comissão havia considerado aprovado relatório do então senador Sebastião Rocha sobre o projeto com 3 votos favoráveis, 1 contrário e 9 abstenções.

Porém, em seu relatório, Jefferson considera que não foi atingido o quórum de maioria simples para aprovação. Para ele, seriam necessários 7 votos favoráveis, já que estavam presentes 13 senadores. Somente assim, disse, os votos contrários e as abstenções não superariam o número de votos favoráveis.

A manifestação da CCJ havia sido provocada pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), quando ocupava a Presidência da Casa.

O presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), anunciou que a decisão vale como jurisprudência a ser adotada em todas as que envolvam o quórum de maioria simples nas comissões e em Plenário.

Seita japonesa

Por considerar que não é competente para decidir sobre expulsão de estrangeiros, a CCJ aprovou relatório de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que solicita informações aos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores sobre providências acerca de denúncia contra Abe Nikken, da seita japonesa The Nichiren Shoshu, e seus seguidores, acusados de falsidade ideológica e de serem réus em processos no Japão e na Coreia do Sul.

Fotos: José Cruz



DECISÃO Senadores da CCJ também decidiram pedir explicações ao ministro da Fazenda sobre a CPMF

Aprovada a adoção de linguagem inclusiva em documento oficial

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) a projeto de lei da Câmara (PLC 102/02) que contribui, por meio da “linguagem inclusiva”, para o tratamento igualitário entre mulheres e homens na legislação e documentos oficiais. O substitutivo, que altera a Lei Complementar 95/98, segue para votação no Plenário.

De acordo com a proposta da senadora, será obrigatória a referência à mulher todas as vezes em que o substantivo “homem” for empregado para designar ambos os sexos.

– Desse modo, as leis e atos normativos passarão a escrever “homem e mulher”, “homens e mulheres”, quando antes escreviam apenas “homem” ou “homens” para se referirem a am-



OBJETIVO Serys relatou o projeto, que prevê tratamento idêntico para homem e mulher

bos os sexos – explicou Serys.

Ela considerou apropriado alterar a proposta original da deputada Iara Bernardi (PT-SP) que determina, taxativamente, que toda referência à mulher, nos textos escritos ou falados, seja feita expressamente utilizando-se o gênero feminino.

Serys afirmou ter optado por uma posição intermediária após consulta a estudiosos da língua acerca da relação entre idioma e sexo, “para evitar leis que introduzam alterações linguísticas gritantes e estapafúrdias, mas também sem ignorar que determinadas formas linguísticas podem refletir práticas sociais discriminatórias”.

Exemplo da linguagem inclusiva seria dizer “os direitos humanos”, no lugar de “os direitos do homem”, e “museu da humanidade”, em vez de “museu do homem”. Também pode-se repetir as palavras no masculino e feminino quando o objetivo é abranger os dois gêneros (brasileiros e brasileiras), e usar coletivos para designar um conjunto de pessoas de ambos os sexos (a população, o colegiado etc.).



AUMENTO Tebet também defendeu valor do salário mínimo acima de R\$ 260

Tebet registra liberação de verbas para rodovia em MS

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) registrou a liberação de R\$ 89 milhões para a recuperação de rodovias em Mato Grosso do Sul, anunciada pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, na festa do 89º aniversário de sua cidade, Três Lagoas (MS). Segundo ele, além das rodovias, também será restaurada a ponte sobre o Rio Paraná, ligando Mato Grosso do Sul ao estado de São Paulo. O senador protestou ainda contra tese exposta pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre o valor real do salário mínimo, somando aos R\$ 260 propostos pelo governo o salário-família e os benefícios da Bolsa-Escola. – Estranho que um senador tão defensor de teses sociais tente justificar um salário mínimo tão baixo com os benefícios assistenciais que o governo distribui, que, aliás, não foram criados pelo PT. Alguns, como o salário-família, são do tempo de Getúlio Vargas e fazem parte do esforço de erradicação da pobreza, que todos desejamos – argumentou. Para Tebet, esses benefícios nada têm a ver com o salário mínimo, que representa a remuneração do trabalhador, e defendeu a necessidade de o Senado aprovar um índice maior do que os R\$ 260 propostos pelo governo.

Maguito: ministro deveria ir à China solucionar impasse na venda de soja

■ Senador teme prejuízo com devolução de carga do produto, que estaria contaminado por agrotóxicos

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) sugeriu ontem que o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, peça à embaixada chinesa em Brasília para ser recebido por autoridades da China e, assim, tente resolver pessoalmente o impasse criado com a devolução de carregamentos de soja brasileira, que estariam contaminados por agrotóxicos. Ele considerou lamentável que os chineses tenham recusado a concessão de

visto de entrada no país ao secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, que iria tentar uma solução para o caso.

– Os produtores de soja do Brasil estão atônitos e o caso pode repercutir negativamente em outros países importadores, exatamente num momento em que temos a maior safra de soja de nossa história – lamentou Maguito. A devolução do produto já provocou queda de preços e os prejuízos, continuou o senador, podem chegar a US\$ 1 bilhão.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que seu estado produz 3,8 milhões de toneladas de soja por ano e alertou que a situação po-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

PREOCUPAÇÃO Maguito alerta que problema ocorre quando o país tem sua maior safra de soja

derá ficar delicada caso os chineses recusem a concessão de visto também ao ministro Roberto Rodrigues.

O senador Alberto Silva

Alvaro Dias considera que Itamaraty agiu de forma “tímida”

A negativa do governo chinês a pedido de visto para o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Massao Tadano, viajar a Pequim para resolver o impasse do embargo da China à soja brasileira foi considerada como fato grave pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Na opinião do parlamentar, foram tímidas as ações do Itamaraty para solucionar o problema.

De acordo com o senador, a falta de ação do governo foi abordada “brilhantemente” pelo jornalista Elio Gaspari, que a definiu como a “paralisia da foca e da intriga”. Segundo Alvaro Dias, o presidente Lula, enquanto divulga o sucesso da viagem àquele país, enfrenta o problema do embargo a um produto brasileiro sem apresentar soluções.

O senador observou que o volume de soja rejeitada pela China, sob a alegação de que as cargas estariam contaminadas por tratamento com fungicidas, chega a 359 mil toneladas, causando ao Brasil um prejuízo em cerca de US\$ 1 bilhão.

Mínimo

O senador comentou ainda afirmação do colonista Ricardo Boechat, do *Jornal do Brasil*,



CRISE Recusa do governo chinês a pedido de visto para secretário foi fato grave, afirma Alvaro

insinuando que o Brasil atrasou o pagamento da segunda parcela do novo avião presidencial, no valor de R\$ 48 milhões, porque o governo precisou usar os recursos em “emergências” como a liberação de verbas para emendas orçamentárias de deputados que apoiaram a medida provisória que fixou o valor do salário mínimo em R\$ 260. Alvaro lamentou que o governo tenha lançado mão dessa estratégia para mudar a opinião de parlamentares e disse que a notícia é “mais uma denúncia que se faz sobre o relacionamento promíscuo do governo com o Congresso”.

Os senadores José Jorge (PFL-PE) e Mão Santa (PMDB-PI) contribuíram com o debate sobre o reajuste do salário mínimo e o senador José Maranhão (PMDB-PB) ressaltou que o episódio da China revela mais um erro de uma política econômica que desprotege os produtos nacionais.

Dificuldades nas exportações são passageiras, diz Jonas Pinheiro

Ao relatar sua viagem à China e ao Japão, na comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e acompanhando a comitiva do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) manifestou preocupação com os problemas de exportação da soja brasileira para a China. Ele afirmou, no entanto, que as dificuldades são passageiras, porque as economias dos dois países são complementares.

Segundo Jonas Pinheiro, a comitiva que acompanhou o presidente contou com a participação de 400 empresários de vários setores, enquanto a do governo de Mato Grosso era composta de 38 empresários e secretários estaduais.

Nos seminários realizados em Beijing e Shangai, relatou o senador, os dois lados demonstraram grandes perspectivas de negócios. Entre os expositores, disse, destacaram-se os governadores de Minas Gerais, Aécio Neves; de Mato Grosso, Blairo Maggi; de São Paulo, Geraldo Alckmin; de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda; e o presidente da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), Manoel Félix Cintra Neto.

Jonas Pinheiro informou que

(PMDB-PI) recomendou que o governo brasileiro estimule a industrialização da safra, evitando a venda de grãos, alternativa que iria gerar empregos e aumentar o valor das exportações. Maguito disse ver dificuldades na alternativa.

– O problema é que nem sempre existe o interesse das empresas de exportarem o produto industrializado. A Lei Kandir, infelizmente, estimula a venda dos grãos – observou ele.

A Lei Kandir visa ressarcir os estados pela retirada do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações. Em aparte, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também manifestou sua preocupação com a decisão chinesa.



POTENCIAL Perspectivas de negócios com a China e o Japão foram ressaltadas por Jonas

os empresários e autoridades brasileiros visitaram a China Railway e reuniram-se com o ministro da Agricultura daquele país e com autoridades do Bank of China. Em Zhengzhou, visitaram uma esmagadora de soja e empresas de carne e, em Tianjing, estiveram no maior porto de recebimento de soja do país, completou.

Conforme relatou o parlamentar, a comitiva do governo de Mato Grosso prosseguiu viagem para o Japão, onde debateu, com autoridades e empresários, as dificuldades representadas por tarifas de importação e por barreiras de caráter não-tarifário, em especial requisitos sanitários e fitossanitários, tornados mais rígidos desde 2002.

Para o senador, somente um trabalho bilateral consistente será capaz de contornar dificuldades e dinamizar as exportações de produtos agropecuários brasileiros para o Japão.